

## 2

## A “velha roupa colorida”: os embates entre Distrito Federal e cidade.

Se durante toda a Primeira República, sobretudo a partir do governo Campos Sales (1898-1902), a função de capital reservada à cidade do Rio de Janeiro esteve bem instituída, o que implicava, do ponto de vista da municipalidade, que a base de sustentação dos políticos locais dependia, em última análise, de uma esfera que ultrapassava o espaço da própria cidade e adentrava na política nacional através do jogo do clientelismo, a partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, o alargamento da base eleitoral, entre outros fatores, forçou a entrada de novos atores políticos ao mesmo tempo em que se tornou uma oportunidade única de ascensão para aqueles políticos cariocas que se encontravam à margem desse jogo, fragmentados em suas bases e, por isso mesmo, defensores da autonomia político-administrativa do Distrito Federal.

No entanto, as novas circunstâncias não implicariam em completa ruptura no tocante a tutela do governo federal sobre sua capital. Não resta dúvida que a cidade, entendida aqui justamente a partir da representação desses políticos locais, alimentou expectativas de alcançar sua inédita autonomia com a nomeação do médico pernambucano Pedro Ernesto para a prefeitura (1931-1936), que conseguiria, através da criação do *Partido Autonomista do Distrito Federal*, superar a fragmentação da política carioca e fazer constar no texto constitucional de 1934 a autonomia político-administrativa do Rio de Janeiro.. Mas é importante destacar que a cidade, a despeito dessa importante conquista, continuava com a mesma função para a qual fora designada na Primeira República, a de Distrito Federal, o que poderia ser facilmente percebido pois o próprio Pedro Ernesto era ainda o interventor federal e que era, a partir dele, que as engrenagens políticas ali funcionavam.

Dessa forma, a partir do momento em que Pedro Ernesto mostrou ter pretensões que iam além daquelas concedidas pelo governo federal, Vargas não

hesitou em retomar a velha roupagem da intervenção, a despeito dos rumos políticos e das circunstâncias aparentemente novas que tomava a cidade.

Em um contexto de radicalização política entrelaçada à necessidade de controlar mais efetivamente as crescentes massas urbanas e a ameaça advinda da projeção da figura política de Pedro Ernesto, Getúlio Vargas direcionou-se gradualmente para a centralização política que culminaria em 1937 com novo golpe político e militar e a outorga de uma nova Constituição e, nesse movimento, estendeu novamente sobre o Rio de Janeiro a mão pesada da intervenção federal.

De qualquer maneira, apesar do velho conteúdo intervencionista, a forma que envolvia a interferência do governo federal na esfera política municipal, se não era exatamente nova, certamente teria um aspecto muito mais incisivo devido justamente àquela breve experiência autonomista e às circunstâncias de construção de um Estado de exceção. Após a curta passagem do cônego Olímpio de Melo (1936-1937) pela prefeitura, Vargas nomearia como interventor o político carioca Henrique de Toledo Dodsworth, meses antes do advento do Estado Novo, concedendo a ele “liberdade absoluta para a execução de programa que atendesse aos instantes problemas da cidade”.<sup>3</sup>

Sobrinho de Paulo de Frontin, que fora prefeito da cidade em 1919, e herdeiro de boa parte de seu capital político, identificado com setores mais conservadores da sociedade carioca e crítico convicto da autonomia do Distrito Federal nos debates da Constituinte de 1933, Dodsworth não hesitou em abafar os clamores por autonomia local. A cidade acordava do sonho autonomista.

A relação entre política e cidade é discutida por vários historiadores. Nesse aspecto ganha destaque a discussão em torno de como o poder político se apropria do espaço urbano para projetar sua imagem e, ao mesmo tempo, tentar controlar o movimento dos indivíduos através da construção de um texto na própria *urbe* que teria como função (re) afirmar um determinado tipo de comportamento social compatível com e desejado pelo poder instituído.

Historiador da arte, o italiano Giulio Carlo Argan demonstra a importância política do espaço urbano moderno encarnado na *cidade-capital* barroca, na Europa dos séculos XVII/XVIII. Elemento constituinte da política absolutista, a *corte* tinha o papel de representar o poder real com toda a sua imponência,

---

<sup>3</sup> IDEM, *ibidem*. p.6.

projetar a identidade nacional no imaginário da sociedade e, ao mesmo tempo, construir seu *ethos* através de mecanismos culturais.<sup>4</sup>

No século XIX, ao entrelaçamento política/cidade somou-se a questão da modernidade e da sensibilidade do homem moderno. As novas necessidades impostas ao indivíduo a partir da Revolução Industrial e do crescimento acelerado das grandes metrópoles fizeram com que os Estados lançassem mão de um planejamento urbano que levasse em consideração não apenas o presente, mas que se antecipasse ao desenvolvimento futuro, evitando percalços na ordem econômica e social. Mais do que isso, planejar e reformar sua capital era sinônimo mesmo de modernidade para o país como um todo, mesmo que ele ainda estivesse atrasado nessa corrida em direção ao futuro.

Nesse sentido, Carl Schorske argumenta que Viena, a partir da segunda metade do século XIX, passou por várias transformações de ordem urbanísticas que continham, em seus planejamentos anteriores, nítidas posições políticas que ora pesaram mais em favor da defesa de uma cidade mais humanista e voltada para o passado pré-industrial, ora em favor da criação de uma cidade baseada apenas na utilidade, sobretudo de circulação, das sociedades industriais e voltada para o que ainda estaria por vir.<sup>5</sup>

Poderíamos citar ainda outros autores, como Marshall Berman, que discute como a transferência da capital russa também no século XIX, de Moscou para São Petersburgo, tinha uma significativa importância política na medida em que constituía uma nítida escolha do Estado russo de deslocar uma história baseada na tradição para outra, mais próxima da Europa ocidental, baseada na modernidade.<sup>6</sup>

No que diz respeito ao Rio de Janeiro, a cidade experimenta um interessante embate que remonta, sem dúvida, ainda que com outras características, pelo menos à segunda metade do século XVIII, quando a cidade se tornou sede do vice-reino. De cidade caracterizada pela sua significativa autonomia frente às demais cidades do império português, o Rio de Janeiro passaria a partir de então a ter uma importante função, qual seja a de sediar importantes instituições lusitanas e, por conseguinte, ser monitorada por estas bem

---

<sup>4</sup> ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>5</sup> SCHORSKE, Carl E.. *Viena Fin-de-Siècle: política e cultura*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

<sup>6</sup> BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

de perto. Começava aí a difícil tarefa de lidar com o peso da centralidade sobre a até então leveza do cosmopolitismo com base em sua autonomia. De acordo com Antônio Edmilson Martins Rodrigues, doravante,,

[...] a história de uma cidade construída pela singularidade chegava ao seu fim. Ela permaneceu atuante e os princípios que orientaram seu crescimento manter-se-ão presentes, pois adequar-se-ão a perspectiva da civilidade cortesã de uma metrópole nos trópicos, propiciando um encontro de interesses com a perspectiva liberal dos setores mercantis implicados na modernização de Portugal.

Mas a tragicidade da história da cidade já estava definida e nem mesmo essa oportunidade de ampliação do espírito cosmopolita garantiu o retorno de sua capitalidade.<sup>7</sup>

De toda forma, se para esse momento pudermos refletir sobre a história do Rio de Janeiro associando *peso* à responsabilidade de representação institucional do corpo político e *leveza* à possibilidade, sem perder em cosmopolitismo e liberdade, de ser o eixo articulador dos interesses das demais cidades que também desejavam ter maior autonomia frente aos poderes metropolitanos, e tentar compreender em que medida um sufocava o outro, respectivamente, também poderemos projetar essa relação até a história mais recente da cidade.

Portanto, não temos a pretensão de seguir passo a passo os caminhos pelos quais passou o Rio de Janeiro até o nosso período de estudo. Ao contrário, gostaríamos mesmo de trabalhar em um nível sincrônico para poder pensar o binômio autonomia/intervenção como constituinte da experiência política da cidade desde então. Nesse sentido, levamos em consideração a continuidade dessa questão para a cidade, para além das discontinuidades e rupturas de sua história. Nosso maior interesse aqui é refletir sobre a relação desse binômio a partir da consolidação do regime republicano para, assim, chegarmos à década de 1930 e tentar observar possíveis projeções e possibilidades de mobilização local por autonomia política frente ao governo federal.

Assim, em meados da década de 1930, o Rio de Janeiro experimentou o binômio autonomia/intervenção de maneira inédita até então. Por um lado, viveu na prática, entre os anos de 1934 e 1936, sua primeira experiência autonomista. Por outro, logo em seguida foi colocada novamente sob a intervenção federal que,

justamente por essa especificidade, se fez tanto mais abrupta e espetacular quanto mais a cidade Rio de Janeiro tinha avançado em direção a sua própria autonomia.

## 2.1.

### Em busca da capitalidade.

Para além de qualquer particularidade, a cidade do Rio de Janeiro chama a atenção pelo fato de que sua história, talvez mais do que a de qualquer outra cidade brasileira, tem estreita relação com a história do Brasil como um todo desde pelo menos 1763, quando a cidade passou a ser sede do Vice-Reino. Desde então, o papel ocupado pela cidade carioca como *cabeça* ou *vitrine* da nação foi constantemente reafirmado até finais de 1950, ainda que discutido e relativizado a partir da década de 1960, quando a capital republicana foi transferida do Rio para o Planalto Central.

Tomando essa estreita relação do Rio de Janeiro com o Brasil como pressuposto, nosso objetivo aqui é refletir sobre o ambíguo jogo de aceitação e recusa que envolveu a identidade política e cultural entre as instâncias municipal e federal, entre cidade e nação, cariocas e brasileiros, e que teria o próprio Rio como *locus* principal. Sem pretender apontar vencedores ou vencidos, tentaremos discutir as implicações dessa relação para a construção da memória do Rio de Janeiro como cidade-capital e de sua *capitalidade*.<sup>8</sup> Brevemente, faremos um diálogo a partir de abordagens que apresentam grande contribuição teórica para o estudo sobre a história do Rio.

A reflexão historiográfica acerca da importância política da *cidade-capital* remonta ao seu surgimento no século XVII. Consolidando-se na Europa barroca, as *cidades-capitais* tinham como função exercer o papel de “cabeça da nação”, ou seja, ela deveria representar o poder do soberano absolutista em seu país. Nesse sentido, a escolha de uma cidade para exercer a função de capital, assim como sua possível transferência para outra cidade, era fruto de um complexo jogo político, no qual contavam aspectos econômicos, militares e simbólicos. Contudo, para

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, Antônio Edmilson M. *Em algum lugar do passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro*. In: AZEVEDO, André Nunes de. *Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (org). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002. p. 24.

<sup>8</sup> Ver NEVES, Margarida de Souza. *Brasil acertais os vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia, 1991.

exercer tal função, era imposta à capital a adoção da “imagem do Estado”, “desvencilhando-se do caráter municipal”. De acordo com Marly Motta,

se, por um lado, a centralização da autoridade exigia a proeminência de uma cidade que sediasse o poder monárquico, por outro, essa capital, concentrando a força militar e a burocracia administrativa, impondo costumes e modas, e construindo a imagem da corte real, contribuía poderosamente para a unificação do Estado.<sup>9</sup>

Dessa forma, ficava claro o entrelaçamento Estado/cidade-capital. A cidade era capital na justa medida em que representava a imagem do Estado e, assim, (re) afirmava sua função para além de uma sede político-administrativa. Simbolicamente, cabia à capital representar o próprio Estado, que, por sua vez, era personificado no monarca. Portanto, a capital barroca também deveria ser dotada de *capitalidade*, o que implicaria em ter a capacidade de sintetizar perspectivas e anseios nacionais, homogeneizar hábitos, projetar a imagem de autoridade do Estado e, ao mesmo tempo, diluir as tensões políticas e sociais, dando coesão interna e singularidade ao país.

Observando os textos que tratavam da percepção do Distrito Federal como uma síntese e uma metonímia do país como um todo em finais do século XIX e início do século XX, Margarida de Souza Neves aponta para o que ela chama “deslizamento discursivo”, isto é, neles, o Rio de Janeiro era freqüentemente tomado pelo país, e este pelo Rio de Janeiro: “referidos à cidade em particular, [os textos] terminam por incluir em suas reflexões o país em seu conjunto, passando indistintamente da parte para o todo, e vice-versa”.<sup>10</sup> Mais do que isso, a própria urbe carioca era representativa desse movimento:

É também no solo do Rio que ficam seus alicerces instituições que evocam, por sua titularidade, o atributo de representação do Brasil, e não apenas da cidade onde estão construídas: a Avenida Central não abriga apenas o *Jornal do Brasil* e *O País*, mas também a *Biblioteca Nacional*, o *Museu Nacional de Belas Artes*, além do *Lloyde Brasileiro* e da *Companhia de Seguros A Equitativa do Brasil*. Um pouco mais longe, no bairro antes escolhido para a construção do palácio imperial, o *Observatório Nacional* marca o tempo do país.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> MOTTA, Marly Silva da. *Cabeça da nação, teatro do poder: a cidade capital como objeto de investigação histórica*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993. p. 1.

<sup>10</sup> NEVES, Margarida de Souza. *Op. Cit.* P. 55.

<sup>11</sup> IDEM, *ibidem*. p. 56.

Sem dúvida alguma, estes exemplos podem ser encarados como *sinais*, na perspectiva adotada por Carlo Ginzburg e discutida pela própria autora em seu texto. Em ensaio chamado *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*, o historiador italiano discute a possibilidade do fazer historiográfico a partir de um método – e de um “modelo epistemológico” - que leve em consideração “indícios” e “sinais”, partes aparentemente sem importância do todo, mas que podem permitir sua reconstrução e explicação: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.<sup>12</sup> Nesse sentido, os “deslizamentos discursivos” se apresentariam como “sinais” de que a cidade do Rio de Janeiro era pensada a partir de sua função mais ampla, qual seja, a de representação, a de imagem da República recém-fundada. Em suma: o Rio de Janeiro, além de ser a capital, era dotado de *capitalidade*.

Nessa perspectiva, o momento histórico privilegiado para discutir o entrelaçamento dessas duas histórias – carioca e brasileira – encontra-se na virada do século XIX para o século XX, com o advento da República. A partir de então, para além de uma mudança política significativa, apesar das continuidades, o Estado assumia novas formas e se mostrava como o agente por excelência da modernidade brasileira.

Transformada em Distrito Federal em 1889, a cidade que havia sido *Corte* fazia parte de um projeto de construção da imagem moderna da República e, portanto, foi alvo de um intenso período de reformas urbanas sob o governo de Rodrigues Alves (1902-1906). A meta era fazer da capital o espelho civilizado do país, apontando um futuro de *Progresso* que tivesse a *Ordem* como sua pré-condição: “é, sobretudo, a polícia que estabelece a ordem nas ruas”.<sup>13</sup>

Naturalmente, a memória de “cidade colonial” precisava ser urgentemente negada e conscientemente esquecida, pois deixava vivo na urbe um *passado-presente* que gerava a sensação de atraso em relação à Europa – França à frente -, sobretudo em uma cidade na qual a presença de ex escravos e seus descendentes era característica da vida cotidiana. Partindo da idéia de que a organização urbana levaria à ordem social - leia-se, a despolitização de grupos sociais supostamente perigosos para o regime -, a *Regeneração* da cidade consistia na construção de um

<sup>12</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 177.

<sup>13</sup> NEVES, Margarida de Souza. op. cit. p.62.

*futuro-presente*<sup>14</sup> que passava pela remodelagem do Distrito Federal, que pretendia acertar os ponteiros do país, atrasado na corrida pela civilização.

Com efeito, as intervenções urbanas desse período não foram suficientes para e civilizar, na perspectiva governamental, os hábitos e costumes da população mais pobre que costumava habitar e trabalhar por ali. Por baixo das (re)formas a cidade permanecia colonial. Ainda assim, o Rio de Janeiro reafirmava sua capitalidade porque, com essas reformas, simbolicamente, reformava-se o país e legitimava-se a República.

O Rio de Janeiro da virada do século, mesmo longe de ser a cidade burguesa e moderna que alguns imaginam, representa a alegoria do ‘discurso do novo’ na primeira República: uma ‘novidade’ que não é senão a fachada das velhas práticas políticas, dos velhos compromissos, dos velhos interesses dominantes. Simulacro do moderno, como as fachadas da Avenida Central, o Rio reconstruído física e ideologicamente tem a função capital de legitimar para o país e para o mundo a República Velha.<sup>15</sup>

É notável que a teatralização da capital tenha extrapolado a própria Primeira República e desaguado na história posterior da cidade ao longo do século XX. Assim, aquele “deslizamento discursivo”, indício de capitalidade, também parece ter sido a tônica entre diversos autores nas décadas subseqüentes. Até mesmo porque o embelezamento promovido por Pereira Passos encontraria eco em seus sucessores. De acordo com Jaime Benchimol,

a renovação da área central e de outras zonas ‘deterioradas’, reforçando os mecanismos de segregação social no espaço urbano, foi retomada pelos prefeitos Carlos Sampaio, em 1920-1922, e Henrique Dodsworth, nos anos sombrios do Estado Novo (1937-1945). Na década de 1940 começaram as remoções de favela e, na década seguinte, todo o bairro do Catumbi foi posto abaixo.<sup>16</sup>

Gilberto Velho nos ensina que, nas sociedades complexas, são estreitas as relações entre *memória, identidade e projeto* para um determinado sujeito, mesmo que seja um sujeito coletivo, como, por exemplo, um partido, uma empresa ou

---

<sup>14</sup> Para as categorias *passado-presente* e *futuro-presente*, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

<sup>15</sup> NEVES, Margarida de Souza. op. cit. p.65.

<sup>16</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *O Haussmanismo na Cidade do Rio de Janeiro*. In: AZEVEDO, André Nunes de. *Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (org). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002. p.152.



outra comunidade qualquer. O sentimento de pertencimento a um contexto social deve-se justamente à construção de identidade do sujeito com um determinado grupo e essa relação, por sua vez, é estabelecida somente a partir da construção de uma memória individual que se entrelace a partir de algum momento do passado e de alguma forma com a memória coletiva. A partir de então, o sujeito pode dar um sentido a sua trajetória de vida até ali, reconhecer-se no presente e, ao mesmo tempo, projetar no futuro essa mesma trajetória. Portanto, “a consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos”.<sup>17</sup>

Embora neste texto o autor não se refira à questão das cidades, sua reflexão nos permite conjecturar que, para projetar uma imagem moderna do país a partir de sua capital, à República foi preciso construir uma memória que projetasse em ambas as trajetórias um encontro no passado e no futuro, a partir do presente, de modo a dar sentido à identificação entre Brasil e Rio de Janeiro. Dessa forma, a *Regeneração* criou símbolos que lembravam a todo o momento aos cariocas o papel ocupado por sua cidade na Federação.

A memória de que a cidade do Rio, e apenas ela, poderia ser plenamente capaz de representar o país foi projetada no imaginário nacional através da insistente política de intervenções urbanas que tinha como objetivo fazer do Rio de Janeiro um espelho moderno através do qual os cariocas deveriam não somente se *parecer* com os brasileiros, mas também *aparecer* como *os* brasileiros. E se, por um lado, a natureza exuberante foi vista diversas vezes como empecilho ao desenvolvimento da cidade em busca de civilização, por outro, ela também foi destacada e tomada quase como uma justificativa divina para a proeminência do Rio de Janeiro no cenário nacional. De sorte que “de tais encômios, por outros, estendidos à cidade, terá sem dúvida nascido o refrão popular: ‘Deus criou o mundo em sete dias, mas destes sete só no Rio consumiu dois’”.<sup>18</sup>

E essa espécie de sedução da *capitalidade* foi constantemente reforçada pelas crônicas da cidade. Gastão Cruls, por exemplo, a respeito - e a despeito - da possibilidade cada vez mais latente da transferência da capital para Brasília, diz

---

<sup>17</sup> VELHO, Gilberto. *Memória, Identidade e História*. In: *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p.101.

<sup>18</sup> CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. p.469.

que “a nossa cidade, com o seu porto e suas belezas naturais, há de ser sempre uma grande metrópole. Será a Nova York da Washington, de Goiás ou do Triângulo Mineiro”.<sup>19</sup> Brasília seria a nova capital, mas a capitalidade manter-se-ia carioca, como de costume, pois, de acordo com José Honório Rodrigues, “a unidade [nacional] não é um ato oficial; é uma criação a *longue durée*, que não pode sofrer colapsos ou rupturas”.<sup>20</sup>

Em finais da década de 1950, o debate em torno do futuro cidade após a transferência da capital para Brasília girou em torno de três propostas: o Rio de Janeiro tornar-se-ia território da Guanabara, estado da Guanabara ou Município do estado do Rio de Janeiro, podendo ou não ser a capital desse estado. Para Marly Motta, além dos interesses da conjuntura política, o ponto fundamental da discussão, e que dificultou a transformação da cidade em mero território ou em um município como qualquer outro, foi exatamente a memória da posição especial da qual o Rio de Janeiro desfrutou, desde meados do século XVIII, como capital política da nação.

Se os primeiros anos da República se defrontaram com a questão da montagem do arcabouço político-administrativo do Distrito Federal, agora, no final da década de 50, tratava-se de enfrentar um desafio igualmente difícil. [...] Muito mais polêmico que a discussão sobre a transferência da capital para Brasília, o debate sobre o futuro do ex-Distrito Federal revelou, mais uma vez, os impasses e as contradições que acompanhavam a definição de uma nova identidade para a cidade. A meu ver, embora os componentes da conjuntura política sejam essenciais para a análise dessas propostas, o elemento fundamental desse debate foi o passado de cidade-capital do Rio de Janeiro.<sup>21</sup>

Mesmo após a transferência da capital para Brasília, o Rio de Janeiro ainda foi visto como uma cidade especial para a história nacional. Para José Honório Rodrigues, o sentido da existência da cidade do Rio de Janeiro parece ter sido a “nacionalização do Brasil”, e, portanto, com a transferência da capital, o Rio era “traído” pelo país.

---

<sup>19</sup> IDEM, *ibidem*. p.589.

<sup>20</sup> RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p.148.

<sup>21</sup> MOTTA, Marly da Silva. “*Que será do Rio?*” – *refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo, Vol. 4, 1997. p. 156.

[o Rio de Janeiro] resume, em si, as virtudes e os defeitos nacionais, pela síntese que operou dos mesmos elementos e dos elementos vindos de todas as partes do Brasil. Não é do nada, porque o Rio pertence a todos e o carioca pensa sempre em termos nacionais. Isto está nas suas raízes, vem de 1763 [...]

O Rio é uma cidade que tem sido traída, sempre traída [...] apesar de sua grande contribuição nacional.<sup>22</sup>

A posição de centro nacional ocupada pelo Rio de Janeiro era encarada como vocação. Esta, por sua vez, construiu-se em detrimento das questões de caráter municipal. Era como se ao Rio tivesse sido entregue a missão de ser a representação do Brasil, e ele a teria cumprido tão bem que não saberia mais ser outra coisa e, no limite, não saberia sequer ser ele mesmo. Em suma, a cidade sacrificara-se, logo, postos os resultados da transferência do Distrito Federal na balança, fora traída.

Ora, a idéia de traição ao Rio de Janeiro leva-nos a pensar que sua relação, enquanto capital, com o governo federal não foi apenas de identidade e harmonia. Com efeito, poderíamos pensar que, na medida em que nos distanciamos da primeira República, em direção ao passado e ao futuro-passado, também é possível observar *indícios* significativos da ambigüidade que rondava a identidade política do Rio e que por vezes vinha à tona.

Segundo Carlos Sarmiento, com a Revolução de 1930 e o fim da primeira República, a Aliança Liberal tinha como uma de suas propostas a concessão da autonomia política ao Distrito Federal. Pela primeira vez o Rio de Janeiro teria a oportunidade de eleger um prefeito, ainda que indiretamente. Para além da conjuntura e dos interesses políticos daquele momento, o Rio optou por um prefeito que construiu sua plataforma e base de apoio em cima de um ponto em comum a vários políticos cariocas: o Partido da Autonomia do Distrito Federal. Embora Pedro Ernesto tenha sido destituído do cargo com o Estado Novo, esse episódio mostra que

Devemos observar o período estudado [1930-45] em relação ao Rio de Janeiro da Primeira República não como antítese completa deste, mas sim como uma nova forma de lidar com as mesmas questões, apresentando novas soluções possíveis para constantes políticas aparentemente cristalizadas na vida da cidade [...] A presença das forças governativas da nação no interior do espaço urbano da cidade, interferindo também na dinâmica política e de caráter local, geraria uma das características

---

<sup>22</sup> RODRIGUES, José Honório. Op. cit. pp. 123-124.

definidoras da cultura política carioca: a radical clivagem interna entre o espaço do poder e o cotidiano da população.<sup>23</sup>

Nesse sentido, Antonio Edmilson Rodrigues mobiliza a *capitalidade* justamente para pensar os limites da identidade carioca com o país e mostrar a fragilidade daquelas “constantes políticas aparentemente cristalizadas na vida da cidade”.<sup>24</sup> Afastando-se da idéia de que a cidade é a nação, o autor trabalha com uma abordagem que pensa a *capitalidade* da cidade a partir de outra perspectiva.

Fundada em 1565 a partir de uma disputa com os franceses e seus aliados indígenas, a cidade do Rio, diferentemente de Salvador, teria como principal característica a autonomia administrativa e econômica:

Era uma cidade resultante de um embate. Não qualquer embate, pois não foi apenas um confronto militar ou de força. Foi um confronto de utopias. A presença do homem, da natureza e do interesse de fundar uma cidade produziram descobertas que anunciavam um destino que, embora pudesse estar vinculado ao processo de organização do domínio português na América, desde o primeiro momento, demonstrou sua qualidade de autonomia que dificultaria, daí em diante, a domesticação da cidade e de seus habitantes.<sup>25</sup>

Aberta ao mundo desde sua fundação, o Rio de Janeiro teria conseguido capitalizar os anseios de autonomia dos colonos das demais regiões do Brasil, estando aí a sua *capitalidade*. Portanto, a partir do momento em que a cidade se tornou sede administrativa do Vice Reino, com o poder central situado em seu seio, o Rio perdia lentamente a sua autonomia e, conseqüentemente a sua *capitalidade*. Doravante, sob o Império e, sobretudo com a Primeira República, a cidade apenas viria a se tornar cada vez mais artificial e sem força para mobilizar a política municipal. A capital sufocava a cidade.

O projeto de modernidade republicana, nesse sentido, reforçava de maneira espetacular a perda de autonomia da cidade, na medida em que a escolhera como cenário para a apresentação de uma imagem moderna do país. De

---

<sup>23</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Arquitetura do Impossível – a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista dos anos 1930*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Rio de Janeiro: uma cidade na História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. (2000). p.34.

<sup>24</sup> RODRIGUES, Antônio Edmilson M. *Em Algum Lugar do Passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro*. In: AZEVEDO, André Nunes de. *Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (org). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002.

<sup>25</sup> IDEM. *Ibidem*. p.18.

tal maneira que, enquanto modelo de futuro da nação, o Rio de Janeiro distanciava-se de si mesmo.

E a fragilidade dessa “modernidade conservadora” acabou por mostrar a sua face com a transferência da capital para Brasília.

A cidade do Rio de Janeiro foi refundada. Apresentava-se como cidade do futuro, reelaborou a tradição para acentuar a sua função de vanguarda da nação. Entretanto, esqueceu a força do presente. Morria um sonho, uma utopia. Nascia um pesadelo.<sup>26</sup>

Giulio Argan argumenta que as cidades têm função, mas também valor: “a cidade é feita de coisas, mas essas coisas nós as vemos, oferecem-se como imagens à nossa percepção, e uma coisa é viver na dimensão livre e mutável das imagens, outra é viver na dimensão estreita, imutável, opressiva, cheia de arestas, das coisas [...]”.<sup>27</sup> Sendo assim, o Rio de Janeiro não se resumiu apenas a sua função hegemônica de capital, imposta pelo Estado, mas também tinha um valor de cidade para os cariocas. E, dependendo do momento, a composição cidade-capital poderia tornar-se ambigüidade cidade/capital. Pois “assim como não existe uma língua, mas apenas situações de língua, também não existem cidades, a não ser como situações urbanas”.<sup>28</sup>

Para manter uma coesão interna em torno da função de cidade-capital, as *situações urbanas* deveriam ser reafirmadas constantemente como tais, sobretudo através de símbolos na própria estrutura física da urbe, pois a memória, para ganhar caráter oficial, precisa enquadrar as demais memórias. Contudo, quando desprovido de justificativa coerente, esse enquadramento torna-se frágil e as *memórias subterrâneas* tendem a irromper o consenso estabelecido.<sup>29</sup>

## 2.2.

### Autonomia X Intervenção

Tomando as reflexões acima como premissa, ajustemos o foco no advento da República e na discussão em torno da relação entre os poderes locais e o governo

<sup>26</sup> RODRIGUES, Antônio Edmilson M. op. cit. P.31.

<sup>27</sup> ARGAN, Giulio Carlo. *Urbanismo, Espaço e Ambiente*. In: ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. P. 223.

<sup>28</sup> IDEM. *ibidem*. *O Espaço Visual da Cidade*. p.238.

federal. O regime republicano nos parece caro, pois para sua implantação foi significativa a emergência da discussão em torno do modelo federalista de nação e por ter sido criada a figura do prefeito para a cidade o Rio de Janeiro que a dotava, ainda que de maneira paradoxal, de um executivo municipal.

Com efeito, algumas propostas já haviam surgido na segunda metade do século XIX no sentido de proporcionar à cidade seus plenos direitos de municipalidade, mas sem grandes êxitos. O governo imperial não hesitou em (re)afirmar o papel exemplar de *cidade-capital* a ser representado pelo Rio de Janeiro.

Ao optar pelo modelo federalista, o Governo Provisório (1889-1891) acenava para uma maior autonomia dos entes federativos frente aos órgãos centrais e, nesse caso, a cidade do Rio de Janeiro merecia uma atenção especial. Assim, instituir o regime republicano federativo e, por conseguinte, tentar afastar o então recente passado de centralismo encarnado no Império era também tocar na questão do papel que a capital do país deveria exercer nessa nova circunstância.

A julgar pela coerência do novo arcabouço político-institucional do país, o Rio de Janeiro poderia estar bem próximo de se tornar apenas cidade, liberada do papel de representação da nação. Contudo, a República optou pela conservação: a cidade foi mantida como sede do governo, transformando-se em Distrito Federal que ao longo do período entre os anos de 1892-1902 acabou por consolidar seus contornos.

É interessante perceber que, mesmo sob a tutela do governo federal, boa parte dos políticos locais não deixou de ter a busca por um maior espaço de atuação como horizonte. E a ampliação desse espaço significava, para esses políticos, a maior independência possível frente à interferência externa ao jogo político local com o intuito de, através dos canais propriamente municipais, atingir e ampliar sua base eleitoral.

Uma vez que o orçamento da cidade e os canais de formação de clientelas que respondiam pela municipalidade estavam a cargo do governo federal, que os distribuía conforme seus interesses, os políticos locais viam-se em uma situação de dependência da política nacional para barganhar novos eleitores na esfera municipal. O grupo político hegemônico do Distrito Federal era, pois, justamente

---

<sup>29</sup> Sobre *enquadramento da memória e memórias subterrâneas*, ver: POLLACK, Michael.

aquele que conseguia construir pontes com os entes federais. Por outro lado, de acordo com Carlos Eduardo Sarmiento,

Esta hegemonia, em contrapartida, determinava uma certa marginalização dos grupos que não haviam conseguido estreitar tais laços, donde se conclui que a interferência federal no Distrito condicionava o próprio equilíbrio de forças internas da política carioca. Como forma de reação a esta interferência evidenciou-se ao longo da Primeira República uma percepção política que associava a possibilidade do livre jogo das forças políticas cariocas ao não-intervencionismo federal na esfera municipal.<sup>30</sup>

Nesse sentido, é interessante perceber que o anseio por autonomia política não encontrava amparo em todos os políticos locais, mas inicialmente apenas naqueles cuja atuação ficava à margem dessas relações clientelísticas. Por outro lado, também não significava exatamente a busca da população por maior representação política, como ter direito a escolher o prefeito da cidade, antes disso,

Autonomia significava a liberação dos canais formais de exercício político para a livre atuação destes grupos locais, representava uma garantia de que os principais fóruns de representação não corriam riscos de serem frequentemente bloqueados, ou seja, defender a autonomia política e administrativa do Distrito Federal era lutar pela continuidade da existência e do funcionamento de seu campo político em toda a sua dinâmica e amplitude<sup>31</sup>

A questão passava, portanto, pela defesa do equilíbrio entre as esferas federal e municipal. Nessa balança, pesava muito mais a primeira bandeja, a ponto de, no limite, a defesa do mínimo equilíbrio confundir-se mesmo com a defesa da existência da própria política carioca. Não é de se espantar que, “muito mais do que uma bandeira política, as proposições autonomistas representaram o fundamento da existência do próprio campo político carioca”.<sup>32</sup>

A tensão entre intervenção federal e autonomia municipal foi enfrentada pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898), consolidou suas regras no governo Campos Sales (1898-1902) e sua *política dos governadores*. A partir daí, amparando-se no federalismo e o levando ao extremo, Campos Sales faria com

---

*Memória, Esquecimento Silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n3, 1989. p. 3-15.

<sup>30</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.47.

<sup>31</sup> IDEM, Ibidem. p.48.

<sup>32</sup> FREIRE, Américo e SARMENTO, Carlos Eduardo. *Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)*. In: FREIRE, Américo,

que a política propriamente dita fosse feita nos estados enquanto que à capital ficaria reservado um movimento de despolarização e esvaziamento local sob a justificativa de que o Rio de Janeiro era por demais agitado politicamente. De acordo com Margarida de Souza Neves,

Ao poder federal competia, despolarizada a capital federal e mantidas sob rédea curta as multidões das cidades, governar os ventos políticos para que não se embaçassem os tênues fios que uniam os diferentes interesses políticos e não se rompesse o frágil, complexo e – a seu modo – eficiente equilíbrio sobre o qual repousava a República.<sup>33</sup>

Rodrigues Alves (1902-1906), cujo governo instituiu a figura do prefeito e interventor e suprimiu as forças políticas locais desejosas de um maior espaço de atuação, acabou por concretizar essa política de tal maneira que levou o prefeito nomeado, Pereira Passos, a ter um lugar especial na memória política carioca. Com apoio direto do executivo federal, na figura do próprio presidente da república, e com ampla disponibilidade de capital, Passos inaugurou um período de sufocamento quase absoluto da política local por um lado e, por outro, levou a cabo um amplo programa de reformas urbanas, no qual se destacaram a construção da Avenida Central e a reforma do porto, para justificar a imagem de *cidade-capital* do Rio de Janeiro. Dessa forma, a intervenção política era acompanhada de intervenções urbanas: “Estava finalmente aberto o caminho para se substituir a *politicagem local* por uma cidade-símbolo da ordem e da modernidade nacional republicana”.<sup>34</sup> Por outro lado, os atores políticos que gravitavam à margem deste centro de decisão foram lançados a um espaço político fragmentado, aonde a única unidade se dava através da defesa da autonomia da capital, apesar de possíveis divergências quanto a sua forma.

Muito embora, após a administração Passos, os presidentes republicanos tivessem optado por uma *burocratização* da interventoria do Rio de Janeiro, com mais discricção e menos intervenções espetaculares na malha urbana da cidade, o

---

MOTTA, Marly e SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Política Carioca em Quatro Tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.33.

<sup>33</sup> NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Brasil Republicano. Vol 1: O Tempo do Liberalismo Excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 40.

<sup>34</sup> FREIRE, Américo. *República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 29.



modelo de Distrito Federal imposto à cidade do Rio se manteria praticamente intacto até o início da década de 30, isto é, com o fim da Primeira República.

Contudo, já no início da década de 1920, algumas mudanças estruturais na sociedade brasileira mostrariam que a manutenção do princípio intervencionista no Distrito Federal tal como ele vinha sendo exercido caminhava em direção ao paroxismo. O aumento demográfico, a gradual diversificação da economia cafeeira e a incipiente industrialização, o surgimento de uma significativa classe média urbana e também de um operariado que se organizava cada vez mais e representava uma ameaça de ebulição social no seio da capital republicana. Nesse sentido, os eventos ocorridos no ano de 1922 marcariam de maneira sintomática o desgaste da política da Primeira República: a *Semana de Arte Moderna*, o levante dos *Dezoito do Forte*, a *Reação Republicana*, a fundação do *Partido Comunista Brasileiro* demonstravam o anseio de mudanças e o espírito de questionamentos advindos dos mais diversos setores da sociedade.

Somados à crise de 1929 e aos confrontos entre as oligarquias hegemônicas, leiam-se São Paulo e Minas Gerais, esses eventos culminaram na Revolução de 1930 e na conseqüente ascensão ao poder do ex-governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas e seus aliados, desejosos de construir um novo país que fosse livre do que eles consideravam os vícios da política oligárquica.

No que dizia respeito ao Rio de Janeiro, a questão de ter ou não um forte poder central era crucial. A ascensão de novos atores políticos na capital do país impulsionava a demanda por autonomia da cidade do Rio de Janeiro e, assim, por maior representação política nas esferas municipal e federal. Atentos a essa nova conjuntura, a proposta autonomista ganhou a plataforma política da *Aliança Liberal* e, com a *Revolução de 1930* e a decadência derradeira da Primeira República, o Rio de Janeiro experimentaria um período de gradual ampliação de seu campo político e, por conseguinte, de autonomia político-administrativa.

Se o espaço urbano das cidades tem, ao mesmo tempo, função e valor, esses termos estão antes em uma relação de complementaridade do que de exclusão ou de determinação de um pelo outro. Assim, um prédio público, por exemplo, pode ser tomado pela suas funções propriamente, mas também pode ser visto apenas como um ponto de referência na cidade a partir do qual um sujeito pode se orientar. Em outras palavras, o sentido da existência dos elementos encontrados na cidade é construído a partir da maneira através da qual os

experimentamos.<sup>35</sup> Nesse sentido, a função de Distrito Federal que fora atribuída ao Rio de Janeiro pelo governo federal não determinava o seu valor de cidade para os políticos locais, que experimentavam o mesmo espaço, porém dando-lhe um sentido diferente.

Portanto, a defesa da autonomia político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro estava ligada à necessidade, por parte de uma parcela dos políticos locais, de ampliação de seu espaço de atuação junto ao governo federal. Essa defesa implicava, por sua vez, em absorver os cargos e atribuições de natureza municipal, mas que estavam sob domínio de uma dinâmica política que lhe era externa. Por outro lado, a intervenção se justificava na medida em que o Rio de Janeiro era considerado o espaço a partir do qual a República deveria se projetar e, assim, neutralizado em prol desta atribuição.

### 2.3.

#### A experiência autonomista

Com a Revolução de 1930 e o fim da primeira República, novamente a questão da autonomia da capital republicana tornava-se fundamental para a estruturação do novo regime político. Como uma das mais importantes propostas da *Aliança Liberal*, congregação de forças dos estados de segunda grandeza que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, a autonomia política do Distrito Federal se inseria a um contexto maior de crítica dirigida aos mecanismos políticos de formação de clientelas que seriam inerentes à Primeira República.

Os primeiros anos do governo Vargas foram marcados pela instabilidade política. A antiga oligarquia paulista, considerando-se a principal perdedora com a Revolução de 30, pressionava o governo no sentido de promover a redemocratização do país e a promulgação imediata de uma nova constituição, o que acabou por gerar a *Revolução Constitucionalista* de 1932 no mesmo estado. Os tenentes, por sua vez, aliados da maior importância para Vargas até então, defendiam que o Brasil ainda não estaria pronto para viver uma democracia e,

---

<sup>35</sup> ARGAN, Giulio Carlo. *O Espaço Visual da Cidade*. In: ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

assim, levantavam a bandeira de um governo forte e centralizado que abafasse os poderes locais.

No entanto, era possível perceber que o Rio de Janeiro caminhava lentamente em direção a primeira experiência autonomista com a nomeação do médico pernambucano Pedro Ernesto para a prefeitura. Em sua *arquitetura do impossível*, Pedro Ernesto conseguiu num primeiro momento reunir várias vertentes da política carioca em torno da bandeira autonomista, através da criação e da condução do *Partido Autonomista do Distrito Federal*.

A estratégia de Pedro Ernesto era criar um partido local que fosse forte o suficiente para defender a autonomia do Distrito Federal nos debates da Constituinte de 1933. Para isso dispunha, além de seu carisma pessoal, do apoio do próprio presidente da República e de todo o capital político advindo da sua condição de prefeito do Rio de Janeiro. Por outro lado, Pedro Ernesto também esteve atento às transformações consumadas na sociedade brasileira a partir de 1932, com a significativa ampliação da base eleitoral e, por conseguinte, com a crise dos mecanismos de cooptação de votos da Primeira República. Dessa forma, o então prefeito trazia as massas urbanas do Rio de Janeiro para a política.

Aprovada a proposta autonomista em 1934, o Rio de Janeiro ganhou a oportunidade de eleger seu próprio prefeito, ainda que pelo voto indireto. Para além da conjuntura e dos interesses políticos daquele momento, o Rio optou por um prefeito que construiu sua plataforma e base de apoio em cima de um ponto em comum a vários políticos cariocas: a defesa da autonomia político-administrativa para o Distrito Federal. De acordo com Carlos Eduardo Sarmiento,

Pela primeira vez na história republicana, após a breve experiência executiva do Conselho de Intendentes nos primeiros anos do novo regime, as forças políticas municipais assumiam a tarefa de, elas mesmas, ocuparem os postos mais elevados na hierarquia do poder dentro do espaço municipal, o que liberava o ‘jogo político’ e a atuação dos diferentes grupos.<sup>36</sup>

É importante salientar, no entanto, que o *Partido Autonomista do Distrito Federal* não trazia como proposta qualquer espécie de ruptura com as práticas políticas da Primeira República. Ao contrário, o resultado seria apenas um

deslocamento do centro gravitacional das esferas de decisão, que passava do governo federal ao municipal.

Dispondo desse amplo capital político, Pedro Ernesto conseguiu atrair para o *Partido Autonomista* boa parcela dos políticos locais. Mesmo entre os políticos hegemônicos, durante a Primeira República, foram muitos os que migraram para o novo eixo articulador da política carioca. Contudo, logo o *PADF* mostrou-se uma estrutura cuja engrenagem era deveras frágil e, a partir do momento em que se viu frente à necessidade de definir melhor seus princípios e contornos ideológicos, para além da defesa da autonomia do Distrito Federal, suas peças travaram e até mesmo entraram em conflito umas com as outras.

Para atender as necessidades da população, Pedro Ernesto desenvolveu uma ampla rede de escolas e hospitais que contribuiu significativamente para a empatia de sua figura junto às massas urbanas do Rio de Janeiro e, assim, também ganhava uma projeção nacional que incomodava as pretensões de Vargas de manter-se no poder. Num contexto de radicalização política, e por ter relações com alguns intelectuais de esquerda, Pedro Ernesto, cada vez mais isolado politicamente, foi tachado de comunista, destituído da prefeitura do Distrito Federal e preso logo em seguida. O projeto autonomista nos moldes imaginados por Pedro Ernesto chegava ao paroxismo e, com ele, a intervenção do governo federal retomava seu lugar.<sup>37</sup>

Apesar do ostracismo político imposto a Pedro Ernesto e do curto episódio da autonomia do Distrito Federal, é interessante perceber como as forças políticas locais, embora fragmentadas e ainda dependentes do jogo político capitaneado pelo governo federal, aproveitaram o pequeno espaço aberto na primeira metade dos anos 1930 para alavancar suas demandas que permaneceram latentes durante toda a Primeira República. Para Carlos Sarmiento, esse episódio mostra que

Devemos observar o período estudado [1930-45] em relação ao Rio de Janeiro da Primeira República não como antítese completa deste, mas sim como uma nova forma de lidar com as mesmas questões, apresentando novas soluções possíveis para constantes políticas aparentemente cristalizadas na vida da cidade [...] A presença das forças governativas da nação no interior do espaço urbano da cidade, interferindo

---

<sup>36</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. *A arquitetura do impossível: a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista nos anos 1930*. In: *Rio de Janeiro: uma cidade na História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.42.

<sup>37</sup> SARMENTO, Op. Cit.

também na dinâmica política e de caráter local, geraria uma das características definidoras da cultura política carioca: a radical clivagem interna entre o espaço do poder e o cotidiano da população.<sup>38</sup>

E é levando em consideração esse ambiente de disputa política em torno da autonomia do Distrito Federal que nos deparamos com Henrique Dodsworth, que assumiria a prefeitura meses antes do advento do Estado Novo, mas em um momento em que a centralização política já se mostrava evidente. A breve e inédita experiência autonomista do Rio de Janeiro se dissolveria na longa e comum intervenção política federal.

#### 2.4. a intervenção “pelas mãos de um carioca...”

No início dos anos 60, o escritor Marques Rebelo em seu *Guia Antiturístico do Rio de Janeiro* definiu o que, segundo ele, seriam os “cariocas desnaturados”:

Assim são chamados os que, cariocas de nascença ou não, no exercício de cargos públicos tudo fizeram para agravar os males da cidade, inventando muitos outros, ofendendo-a, desprestigiando-a, odiando-a. São poucos e repugna dar os nomes deles aqui: contentemo-nos com as iniciais de dois dos mais odientos – HD e JK.<sup>39</sup>

A segunda referência é mais evidente ao público geral, trata-se do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), cujo governo foi responsável pela construção e transferência da capital republicana para Brasília. Já a primeira é a de Henrique Dodsworth, prefeito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, entre os anos de 1937 e 1945.

Trata-se de uma definição satírica, por certo. Mas, ao mesmo tempo, suas possibilidades de interpretação parecem interessantes.

Pensar na possibilidade de que Marques Rebelo teria incluído Dodsworth entre os “mais odientos” na sua categoria de “cariocas desnaturados”, apenas pelo

---

<sup>38</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Arquitetura do Impossível – a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista dos anos 1930*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Rio de Janeiro: uma cidade na História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. (2000). p.34.

<sup>39</sup> REBELO, Marques. *Guia Antiturístico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Desiderata: Batel, 2007. p.77.

fato de ele ter sido interventor do Distrito Federal não chega a ser motivo suficiente, uma vez que, justamente até a transferência da capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro viveu praticamente toda sua história republicana sob a intervenção do governo federal. No entanto, a especificidade do contexto histórico do Rio de Janeiro em que Henrique Dodsworth assumiu a interventoria do Distrito Federal, somada a sua própria trajetória política e suas posições anti-autonomistas podem nos ajudar a entender a crítica do escritor carioca.

A administração do prefeito/interventor do Distrito Federal Henrique de Toledo Dodsworth (1937-1945) foi a mais longa da história do Rio de Janeiro e sua escolha não foi, absolutamente, obra do acaso.

Político carioca de projeção no Rio de Janeiro, Dodsworth conheceu Vargas ainda na década de 1920, quando ambos eram deputados, conforme seu próprio depoimento: “Conheci Getúlio Vargas em 1924, quando éramos deputados. Desde então mantivemos as relações mais cordiais, em tom cerimonioso, porém jovial, segundo normas invariáveis que adotava e de acordo com o meu irredutível sentimento de independência”.<sup>40</sup>

Na década de 1930, agora politicamente em lados opostos, os dois voltariam a se encontrar em circunstâncias um tanto distintas. Se Vargas havia, por força de um golpe de Estado, se tornado presidente da república e negociava com diversos setores da sociedade delicadas questões políticas no sentido de consolidar o novo regime instaurado no país, Dodsworth se elegeria em 1933 o deputado carioca mais votado para a Constituinte.

A primeira metade da década de 1930 representou um momento decisivo para a cidade do Rio de Janeiro no tocante a sua relação com o governo federal. Reivindicação antiga de boa parte dos políticos locais, a autonomia da cidade ganhava nítidos contornos sob a liderança de Pedro Ernesto, como vimos no tópico anterior. Portanto, Dodsworth assumia a prefeitura em um momento em que a cidade do Rio de Janeiro, representada aqui por esses políticos locais, experimentava na realidade antigos anseios, ainda que sob a tutela do governo Vargas. Nesse sentido, a escolha de Dodsworth para a prefeitura significaria para uma espécie de derrota desse movimento autonomista ligado a Pedro Ernesto e ao seu eixo articulador da política carioca.

Por outro lado, apesar de Henrique Dodsworth ser, ele mesmo, um político carioca e de utilizar-se dessa identidade como estratégia política, ele estava ligado a setores conservadores da sociedade, como a associações de empresários e ao Clube de Engenharia, manifestando sua posição contrária à autonomia da política carioca local, assim como fazendo duras críticas à falta de projetos de embelezamento e urbanização para o Distrito Federal.

Assim, a escolha de Dodsworth pelo próprio Getúlio Vargas poderia soar aparentemente como uma contradição uma vez que, além de críticas à autonomia do Distrito Federal, Dodsworth também era opositor ao governo Vargas. No entanto, Vargas mostrava-se bastante sensível a nova conjuntura política no Distrito Federal e estava atento, sobretudo, ao esgotamento da estrutura do *Partido Autonomista do Distrito Federal* e de sua fragmentação interna. Segundo Carlos Eduardo Sarmiento, “para alguns [políticos] era até politicamente conveniente a indicação de um interventor completamente alheio aos antigos experimentos populares do período Pedro Ernesto, que não apresentasse qualquer vinculação ou guardasse a ‘mácula do agitado passado recente da vida política carioca’”.<sup>41</sup>

Para além dessa tentativa de desfazer a mobilização popular e de afastar qualquer sombra do ex-prefeito Pedro Ernesto, a escolha de Henrique Dodsworth para a prefeitura do Rio de Janeiro, no âmbito nacional, já parecia ser um indício da inclinação do governo federal no sentido de ir rumo à centralização política que culminaria no Estado de exceção que durou até 1945. Neste, seria retomada uma disposição de fazer retornar uma política para a capital do país que partia do princípio de que, por sua condição especial de Distrito Federal, o Rio de Janeiro deveria ter seus direitos de municipalidade devidamente tutelados neutralizados, como ficaria claro no artigo 7º da Constituição Federal de 1937: “O atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será administrado pela União”.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> DODSWORTH, Henrique de Toledo. *Depoimento sobre Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, 1964. p.5.

<sup>41</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. Op. Cit. p.219.

<sup>42</sup> Constituição Federal – 1937.

Por outro lado, demonstrava também o quanto a política local carioca havia se tornado uma espécie de ameaça ao poder federal, justamente por sua capacidade de se unir em torno do ideal de autonomia para a Sebastianópolis.

Em seu discurso de posse é possível perceber algumas dessas premissas e, sobretudo, a maneira como o recém-nomeado prefeito do Distrito Federal articulava seu pensamento sobre a política local na cidade do Rio de Janeiro:

Fui favorável à intervenção no Distrito Federal, e de público, manifestei-me por essa providência, a fim de que, pelo aspecto político, se pudessem restabelecer o equilíbrio rompido nas relações dos poderes locais, com repercussão inevitável na boa marcha dos trabalhos legislativos e, em consequência, nas do Executivo da Cidade.<sup>43</sup>

O discurso foi proferido no mês de julho e, portanto, antes mesmo do golpe que daria origem ao Estado Novo. Como fica claro, Dodsworth manifestava de maneira incisiva sua postura favorável à intervenção política no Distrito Federal e de ressaltar que essa postura vinha de longa data, como se ele quisesse destacar que esteve com a razão ao longo de toda a sua carreira política e apenas naquele momento recebesse os louros do reconhecimento.

Ao mesmo tempo em que lançava mão da continuidade de suas opiniões para justificar sua escolha para a prefeitura do Rio de Janeiro, Dodsworth também fazia questão de revelar uma possível especificidade daquele momento. O intuito de restabelecer o equilíbrio nas relações dos poderes locais através da intervenção política, e apenas dessa forma, certamente é ressaltado em função da experiência autonomista municipal quase imediatamente anterior a sua nomeação e a sua profunda discordância dos rumos políticos tomados pelo município do Rio de Janeiro durante a administração Pedro Ernesto. Mesmo que a este tivesse sido dirigida uma palavra politicamente respeitosa, Henrique Dodsworth não perdia a oportunidade para marcar sua diferença em relação ao seu predecessor:

Pela primeira vez, desde os acontecimentos que o afastaram desta Casa, desejo citar, publicamente, o nome do Sr. Pedro Ernesto.

Faço-o para dizer que dele recebia ininterruptamente as maiores demonstrações de deferência e simpatia, apesar da aguda divergência que nos colocou, permanentemente, em trincheiras adversas.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> “A posse ontem do novo interventor federal”. *Jornal do Brasil*. 04 de julho de 1937.



Para além da justificativa da necessidade de equilíbrio entre as forças políticas locais, no discurso de Dodsworth havia um interessante recurso retórico que o colocava, de certa forma, como o mais apto a realizar as alegadas necessidades do Rio de Janeiro. A tentativa era a de amenizar o peso da intervenção através da diluição da fronteira entre os interesses federais e municipais, fazendo com que um se passasse pelo outro uma vez que, notadamente, ele mesmo seria um político carioca. Nesse sentido, o limite seria a criação de uma imagem de auto-intervenção que coincidissem nele mesmo: “que a intervenção do Distrito Federal realize os altos objetivos administrativos que a legitimaram, e que, pelas mãos de um carioca, passe a ser o próprio Distrito Federal a realizar essa intervenção”.<sup>45</sup>

De maneira astuciosa, Dodsworth projetava sua identidade com a da cidade para angariar confiança e apoio da opinião pública para seu projeto intervencionista. E a estratégia não passou despercebida pelos jornais. O *Correio da Manhã* destacava:

[...] o novo interventor declarou que, à frente da Prefeitura do Distrito Federal, esperava realizar, com o apoio do governo e a ajuda de Deus, a verdadeira obra de administração pela qual desde longo tempo anseia o povo carioca. Disse ainda, o Sr. Dodsworth, que, sendo carioca, tudo envidaria por realizar uma obra administrativa verdadeiramente carioca, restituindo a prefeitura do Distrito a sua verdadeira finalidade, longe das mesquinhas competições partidárias e das deturpações políticas pelas quais muitas vezes a administração do Distrito tem se deixado arrastar.<sup>46</sup>

Mas se, por um lado, sua própria figura era bastante respeitada e reconhecida por sua idoneidade e competência, por outro, a perda da autonomia política carioca era vista com certa resignação, como podemos ver na posição do *Jornal do Brasil*:

Embora já tenhamos externado o nosso ponto de vista adverso à intervenção, pois sempre fomos adeptos da autonomia da capital do país, assinalamos que a escolha do nosso interventor repercutiu agradavelmente, dadas as qualidades de distinção e de alto relevo mental do delegado do poder central.

De fato, o Sr. Henrique Dodsworth é uma das figuras de mais realce da Câmara Federal.

---

<sup>44</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>45</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>46</sup> *Correio da Manhã* – 4 de julho de 1937. p. 1.

Carioca, político militante do Distrito, o novo interventor certamente prestará a sua cidade os serviços que ela merece e que se deve esperar dos seus méritos e operosidade.<sup>47</sup>

Também é interessante perceber como os políticos locais se rearranjaram nessa conjuntura política de intervenção federal sob novas bases. Se a estrutura do *PADF* estava minada, o governo Vargas tratava de construir um novo eixo a partir do qual pudesse angariar o importante apoio político em sua própria capital para os novos rumos de sua empreitada. Coube então aos políticos que outrora engrossavam as fileiras da bandeira autonomista junto a Pedro Ernesto negociar sua inserção nessa nova conjuntura ou se lançar, mais uma vez, à margem e a contestar dali a autonomia perdida. Nessa disputa, o governo federal levava clara vantagem:

A esperada crise entre os elementos políticos do Distrito Federal que apóiam o atual interventor carioca [...] já está conjurada, e assim caminham em bom rumo os entendimentos que o Sr. Henrique Dodsworth dirige para promover a concentração daqueles elementos dentro da disciplina de um forte partido local.<sup>48</sup>

Voltando à citação inicial de Marques Rebelo, poderíamos concluir que o escritor atacava o prefeito em questão por ele ter, de certa forma, capitaneado um processo de retroação da política carioca, no sentido de que o advento de sua administração selou o fim de uma breve e inédita experiência autonomista da cidade do Rio de Janeiro frente ao governo federal, ao mesmo tempo em que representou a retomada de uma *política republicana para a capital*<sup>49</sup> na qual a municipalidade do Rio de Janeiro era suprimida pelo seu papel de Distrito Federal. Para isso, é importante que tenhamos em perspectiva que, no Rio de Janeiro, embora em certa medida entrelaçados, cidade e Distrito Federal eram esferas distintas e que sua relação era marcada muitas vezes pela tensão. De um lado, o sonho local de reconhecimento do valor da cidade de São Sebastião por si mesma e de suas necessidades particulares, ainda que isso não descartasse sua

<sup>47</sup> “O novo governador da Cidade”. *Jornal do Brasil* – 03 de julho de 1937. p.7.

<sup>48</sup> “A situação Política”. *Jornal do Brasil* — 09 de julho de 1937. p.2.

<sup>49</sup> Sobre esse termo, ver FREIRE, Américo e SARMENTO, Carlos Eduardo. *Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1869)*. In:

importância para o país como um todo. De outro, a tentativa de fazer esse valor ser absorvido pela função de Distrito Federal, isto é, fazer da cidade do Rio de Janeiro apenas um espaço de representação do nacional, vazio de iniciativas próprias. Nesse embate, como Dodsworth, apesar de carioca que era, se apresentava a favor da intervenção federal, acabou dando margem para ser classificado nesta ácida definição de Rebelo.